

STJ00097977

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

NULIDADES

DO PROCESSO E DA SENTENÇA

7.ª edição revista, atualizada e ampliada

Com notas de referência ao Projeto
do novo Código de Processo Civil

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00097977
NULIDADES DO PROCESSO
E DA SENTENÇA

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

7.ª edição revista, atualizada e ampliada
com notas de referência ao Projeto do novo Código de Processo Civil

1.ª edição: 1987 – 2.ª edição: 1990 – 3.ª edição: 1993 – 4.ª edição: 1997 – 5.ª edição: 2004 – 6.ª edição: 2007
(vol. 16 da Coleção Estudos de Direito de Processo)

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELE TAPAI
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [10-2013]

Profissional

Fechamento desta edição [07.10.2013]



ISBN 978-85-203-5004-1

SUMÁRIO

NOTA À 7.ª EDIÇÃO.....	7
NOTA À 6.ª EDIÇÃO.....	9
NOTA À 5.ª EDIÇÃO.....	11
NOTA À 4.ª EDIÇÃO.....	13
NOTA INTRODUTÓRIA.....	19
1. SENTENÇA.....	23
1.1 Conceito de sentença.....	23
1.1.1 Sentença e extinção do processo (ou do procedimento).....	23
1.1.2 A sentença deve ser definida a partir de seu conteúdo.....	29
1.1.3 Distinção entre sentenças, decisões interlocutórias e despachos – Comprometimento do princípio da correspondência entre decisões e recursos cabíveis.....	31
1.2 Sentenças processuais típicas.....	40
1.2.1 Noções gerais.....	40
1.2.2 Pressupostos processuais.....	42
1.2.3 Condições da ação.....	51
1.2.3.1 Possibilidade jurídica do pedido.....	51
1.2.3.2 Legitimidade.....	53
1.2.3.3 Interesse.....	56
1.2.3.4 Condições de procedibilidade e notas conclusivas.....	59
1.3 Sentenças processuais típicas e o art. 267 do CPC.....	60
1.4 Sentenças processuais atípicas e o art. 267 do CPC.....	66
1.4.1 Perempção da instância.....	66

1.4.2	Abandono da causa por mais de trinta dias	67
1.4.3	Perempção	68
1.4.4	Convenção arbitral (compromisso arbitral e cláusula compromissória)	72
1.4.5	Desistência da ação.....	76
1.4.6	Ação intransmissível.....	77
1.4.7	Confusão entre autor e réu	78
1.5	Sentenças de mérito.....	79
1.5.1	Natureza	82
1.5.2	Classificação (sentenças declaratórias, condenatórias, constitutivas, executivas lato sensu e mandamentais)	84
1.5.3	Elementos (relatório, fundamentação e decisório)	95
1.5.4	O art. 269, II, III e V – Reconhecimento jurídico do pedido, transação e renúncia ao direito.....	101
1.5.5	Prescrição e decadência.....	106
1.5.6	Indeferimento da petição inicial e julgamento de "processos repetitivos"	110
1.6	Outras sentenças	113
1.6.1	Sentença que extingue a execução (art. 795), que julga a liquidação (art. 475-H) ou a impugnação à execução (art. 475-M, § 3.º).....	113
1.6.2	Sentença arbitral	124
1.6.3	Acordos extrajudiciais homologados.....	124
2.	NULIDADES PROCESSUAIS.....	127
2.1	Validade e eficácia – Breve esclarecimento terminológico.....	127
2.2	Noções propedêuticas sobre nulidades processuais – Principais diferenças em relação ao sistema de nulidades do direito privado	132
2.3	Princípios gerais inspiradores do sistema de nulidades no processo	150
2.4	O sistema de nulidades como forma de controle	181
2.5	Espécies de vícios do processo.....	187
2.6	Atos inexistentes no processo – Meios de impugnação – O problema da "rescindibilidade".....	194
2.7	O direito positivo brasileiro	201
2.8	Distinção entre nulidades absolutas e relativas (anulabilidades) – Inocorrência de preclusão relativamente às nulidades absolutas.....	218
2.9	Função dos princípios, no plano pragmático	227
2.10	Regime jurídico das nulidades absolutas e relativas, no âmbito recursal	246

2.10.1	Âmbito da devolutividade da apelação – Efeito translativo.....	246
2.10.2	Possibilidade de saneamento das nulidades, em sede de apelação (art. 515, § 4.º).....	255
2.10.3	As nulidades absolutas e os recursos de efeito devolutivo restrito....	259
2.10.3.1	Considerações gerais.....	259
2.10.3.2	Embargos infringentes.....	260
2.10.3.3	Embargos de declaração	270
2.10.3.4	Recursos especial e extraordinário.....	277
3.	SENTENÇAS INEXISTENTES E NULAS – TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO	287
3.1	Noções gerais.....	287
3.2	Vícios intrínsecos (da sentença em si mesma).....	300
3.2.1	Categorias de vícios que podem macular a sentença.....	300
3.2.2	Extensão do decisório – Sentenças <i>extra</i> e <i>ultra petita</i>	302
3.2.3	Ausência (ou defeito) de relatório, de fundamentação, de decisório	314
3.2.4	Cabimento de impugnação à execução (arts. 475-L e 475-M do CPC) e de exceção de pré-executividade.....	345
3.3	Vícios extrínsecos (do processo em que a sentença foi proferida)	354
3.3.1	A falta de pressupostos genéricos de admissibilidade do julgamento de mérito.....	354
3.3.2	Ausência de citação	360
3.3.3	Citação de pessoa falecida (ou extinta)	368
3.3.4	Citação e teoria da aparência.....	369
3.3.5	Defeitos do mandado de citação – A ausência da advertência do art. 285 do CPC.....	372
3.3.6	Ausência de citação, impugnação (art. 475-L, I) e embargos à execução contra a Fazenda Pública (art. 741, I)	373
3.4	Sentenças rescindíveis.....	376
3.4.1	Considerações gerais.....	376
3.4.2	Prevaricação, concussão e corrupção do juiz	378
3.4.3	Impedimento do juiz.....	379
3.4.4	Incompetência do juízo.....	380
3.4.5	Dolo da parte vencedora ou colusão entre as partes.....	381
3.4.6	Ofensa à coisa julgada.....	382
3.4.7	Violação a literal disposição de lei	386
3.4.7.1	Considerações gerais.....	386

3.4.7.2	Ação rescisória e ação declaratória de inconstitucionalidade.....	388
3.4.7.3	Ação rescisória e ação declaratória de constitucionalidade.....	406
3.4.7.4	Sentença contrária à Constituição e impugnação à execução (art. 475-L, § 1.º, do CPC) – Função rescindente da impugnação à execução?.....	408
3.4.7.5	A Súmula 343 do STF.....	413
3.4.7.6	Ação rescisória, motivação da sentença e violação a princípio jurídico.....	428
3.4.8	Falsidade de prova.....	436
3.4.9	Documento novo.....	437
3.4.10	Invalidade da confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença.....	439
3.4.11	Erro de fato.....	441
3.5	Sentenças nulas, ação rescisória, tutela antecipatória e mandado de segurança.....	442
3.5.1	Termo inicial do prazo para ação rescisória.....	442
3.5.2	Mandado de segurança contra coisa julgada.....	451
3.5.3	Tutela antecipada em ação rescisória.....	457
3.6	Sentenças inexistentes (vícios intrínsecos e processos inexistentes).....	459
3.6.1	Considerações gerais.....	459
3.6.2	Sentenças e processos inexistentes.....	461
3.6.3	Ação declaratória de inexistência jurídica.....	470
3.6.4	Fungibilidade entre ação declaratória de inexistência e ação rescisória.....	485
	NOTAS DE CUNHO CONCLUSIVO.....	493
	BIBLIOGRAFIA.....	505
	ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO E DAS SÚMULAS CITADAS.....	525
	ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	535
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	545
	OUTRAS OBRAS DA AUTORA.....	557